

O Estado de São Paulo
Segunda-feira, 14 de outubro de 2002

Ruptura e continuidade

IMPRUDÊNCIA MACROECONÔMICA PODE MOSTRAR QUE "O PIOR NÃO TEM LIMITE"

MARCELO DE PAIVA ABREU

Uma leitura superficial do que está em jogo no segundo turno da eleição presidencial tenderia a contrastar, sem grandes qualificações, a ruptura que significaria a vitória de Lula à continuidade, de alguma maneira representada pela candidatura Serra. Não há dúvida que, do ponto de vista político, a vitória da oposição significaria uma ruptura singular na história política republicana. Renovação desta magnitude dos quadros dirigentes no Poder Executivo seria inédita, mesmo levando em conta os episódios clássicos de mudanças de curso, ao menos nominais, em 1930, 1945, 1964, ou 1985-1988. O PT terá tido sucesso ao alcançar o seu objetivo político maior quando outros partidos de esquerda no cenário mundial, embora mais experimentados e talvez mais realistas quanto à sua política de alianças, como o Partido Comunista Italiano, se decompuseram melancolicamente antes de alcançar feito similar.

A análise mais detida das rupturas no Brasil mostra quão poderosos são os elementos de continuidade que marcam todos estes episódios. Em 1930, Vargas, pretense paladino da reforma da "carcomida" República Velha, mal ou bem acomodou os interesses do café depois de 1932, cooptou por atacado o tíbio reformismo tenentista e acabou na ditadura escancarada, cópia tropicalizada do fascismo, desde a constituição polaca, até a CLT mussoliniana e os discursos em São Januário. Os desdobramentos do golpe democrático de 1945 levaram à incorporação à Constituição de 1946 dos aspectos mais fisiológicos da Lei Agamenon Magalhães, reduzindo a representação dos colégios eleitorais mais distantes dos currais clássicos herdados do coronelismo. Democracia sim, ma non troppo. Em 1964, embora a "justificativa" golpista dependesse crucialmente do repúdio das políticas de ordenha do Estado que haviam marcado o regime de 1946, os governos militares, após um curto namoro com o *laissez-faire* sob Castello, acabaram por adotar políticas semelhantes às dos antecessores. Melhorou, temporariamente, a disciplina macroeconômica, mas se continuou a escolher vencedores, só que os que escolhiam eram outros e, além de crédito subsidiado e licenças de importação, distribuía subsídios à exportação.

O legado econômico-financeiro do governo Fernando Henrique Cardoso inclui conquistas importantes que merecem ser preservadas: a implementação parcial de um ambicioso programa de reformas estruturais, a estabilidade de preços sustentada pela austeridade fiscal.

Embora em princípio fosse razoável esperar que o PT propusesse ao País um programa de reformas estruturais radicais, estas esperanças são firmemente desmentidas pelo exame das suas propostas ou das declarações de seu candidato. A estratégia escolhida parece ser a de ignorar problemas estruturais cruciais sempre que sua solução entrar em conflito com os objetivos eleitorais do partido. Estão implícitas nas manifestações do PT, ou nas suas omissões, as seguintes barbaridades, para escolher umas poucas: o sistema previdenciário brasileiro é viável no médio e longo prazo, o tratamento diferenciado de aposentadorias públicas em relação às do sistema INSS é justo, a universidade pública é eficiente, os preços domésticos de derivados de petróleo devem refletir os custos de produção da Petrobrás, cabe ao Estado retomar políticas de substituição de importações em setores selecionados de acordo com a sua contribuição ao balanço de pagamentos. Não é de se admirar que estejamos assistindo a sensacionais conversões ao petismo entre os empresários desmamados das tetas do Estado na década de 1990 e que pretendem de novo ser acomodados na posição de comensais privilegiados em nome da defesa do emprego. Em cada um destes casos de reforma estrutural, a política petista é claramente equivocada. E não é muito reconfortante que alguns dos equívocos sejam convergentes com as idéias fixas de José Serra.

O compromisso público de Lula com a austeridade fiscal requerida pelo acordo com o FMI limita a possibilidade de aumento de gastos. Se este cenário prevalecer, embora a oposição possa e deva comemorar a sua grande vitória política, os desdobramentos econômicos serão modestos. Uma coalizão liderada pelo PT teria ainda maior dificuldade de mudar a composição de gastos públicos do que teve o

governo FHC. Há aí um dilema vital: a eventual vitória de Lula será baseada em promessas eleitorais que dependem de gastos públicos adicionais ou de compromissos de preservação de "direitos adquiridos", em geral relacionados a emprego, salários e aposentadorias públicas. Em grande medida, o presidente estará impedido de cumprir estas promessas, em especial as relativas a gastos adicionais. A tentação para o abandono da prudência macroeconômica, cedendo às enormes pressões políticas que surgirão após as eleições, não deve ser subestimada. Embora esteja na moda, até mesmo no setor financeiro e no exterior, jogar o jogo do contente, é difícil desprezar a probabilidade de que o cenário macroeconomicamente imprudente prevaleça em nome do realismo político. Caso isto ocorra, será um retrocesso monumental: os possíveis benefícios serão seguramente efêmeros e os custos, proibitivos.

Para os que argumentam que, mesmo que a atual situação deteriore, a piora será limitada, vale lembrar o dito siciliano, de realismo quase indecente: 'Il peggio non c'è mai fine', o pior não tem limite. Há sempre possibilidade de piorar mais.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio